

OUTUBRO

Edição nº 10 – 2024

Tipo de norma (Ordem de publicação)	Ementa/Nota	Dados da Publicação
ATO Nº 1301, DE 30/09/2024 Presidência.	NOTA: Projeto “Magistrado(a) Escritor(a): Concurso Científico-Literário.	DJE Nº220 DE 01/10/2024 p.09-10
ATO Nº 1302/2024 Presidência.	NOTA: Substituição função de Coordenador de Políticas Penais do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo – GMF.	DJE Nº222 DE 03/10/2024 p.05
PORTARIA Nº 110, DE 03/10/2024 Presidência.	Dispõe sobre o prazo para utilização de recursos oriundos de Suprimento de Fundos Institucional e respectiva prestação de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.	DJE Nº223 DE 04/10/2024 p.04-05
AVISO DE 04/10/2024 Presidência.	NOTA: Abertura de inscrições nos editais de habilitação de Juízas e de Juizes de 3ª Entrância para substituição de Desembargadoras e de Desembargadores no exercício de 2025	DJE Nº224 DE 07/10/2024 p.10-12
ATO Nº 1313/2024 Presidência.	NOTA: Marcação de férias 2025.	DJE Nº226 DE 09/10/2024 p.05-07 REPUBLICADO EM 11/10/2024 DJE Nº229 p.05- 06
PORTARIA Nº 112, DE 08/10/2024 Presidência.	Regulamenta a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do(a) cidadão(ã).	DJE Nº227 DE 09/10/2024 p.03-08
ATO CONJUNTO Nº 42, DE 09/10/2024 Presidência. Corregedoria Geral da Justiça.	Dispõe sobre o calendário dos feriados forenses do ano de 2025, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.	DJE Nº228 DE 10/10/2024 p.44-45
AVISO Nº 24, DE (DJE 11/10/2024) Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial	NOTA: Alertar a todos os responsáveis por Serventias Extrajudiciais do Estado de Pernambuco com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais.	DJE Nº229 DE 11/10/2024 p.21-22

ATO Nº 1313, DE 10/10/2024 Presidência.	NOTA: Marcação de férias.	DJE Nº229 DE 11/10/2024 p.05-06
PORTARIA Nº 140, DE 15/10/2024 Presidência. Corregedoria Geral da Justiça.	Implementa o “PROGRAMA JUSTIÇA EFICIENTE: conciliando gestão eficaz e cidadania” no âmbito do Juizado Cível e Criminal da comarca de Santa Cruz do Capibaribe, a se realizar no período de 5 a 7 de novembro de 2024, no intuito de garantir a excelência da prestação dos serviços, redução do acervo e das taxas de congestionamento.	DJE Nº232 DE 16/10/2024 p.17-18
ATO Nº 1322 DE 17/10/2024 Presidência	NOTA: Reabrir prazo, compreendendo o período das 09h do dia 18/10/2024 até as 23h59 do dia 28/10/2024 , para protocolizar o pedido de participação no Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.	DJE Nº234 DE 18/10/2024 p.05
AVISO DE 17/10/2024 Presidência	Edital de Notificação – impugnação	DJE Nº234 DE 18/10/2024 p.07-08
PORTARIA CONJUNTA Nº 12, DE 16/10/2024. Presidência. Corregedoria Geral da Justiça.	Estabelece procedimentos e diretrizes para a realização de mutirões processuais penais no Tribunal de Justiça de Pernambuco durante o mês de novembro de 2024.	DJE Nº234 DE 18/10/2024 p.08-11
AVISO Nº 10, DE 16/10/2024. Presidência. Corregedoria Geral da Justiça	Orienta as unidades judiciárias do 1º grau do Tribunal de Justiça de Pernambuco acerca das custas processuais incidentes nos procedimentos da classe “Requerimento de Apreensão de Veículo” (Cód. 12137).	DJE Nº234 DE 18/10/2024 p.17
ATO Nº 1323, DE 17/10/2024 Presidência.	Delega ao Corregedor-Geral da Justiça a coordenação e a supervisão das atividades relativas ao funcionamento do Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais – CGBAPC.	DJE Nº234 DE 18/10/2024 p.6-7
AVISO DE 18/10/2024. Presidência	Relação das juízas e juizes da comarca da capital inscritas(os) para substituições de desembargadoras e desembargadores no ano de 2025 .	DJE Nº235 DE 21/10/2024 p.9-11
ATO Nº 1362, DE 22/10/2024 Presidência	Institui a 1ª Pauta Concentrada de Sessões Virtuais de Conciliação de Processos Cíveis e de Família, exercício 2024, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC da comarca de Goiana, com o apoio da Gerência Tratamento de Demandas Repetitivas e Grandes Eventos - GDR, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC; define período; local da realização das sessões de conciliação; designa servidores(as) e dá outras providências.	DJE Nº238 DE 23/10/2024 p.03-04
ATO Nº 1363, DE 22/10/2024 Presidência	Institui a 3ª Pauta Concentrada de Sessões de Conciliação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc da Comarca de Garanhuns, exercício 2024, com o apoio da Gerência Tratamento de Demandas Repetitivas e Grandes Eventos - GDR, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Nupemec; define período; local da realização das sessões de conciliação; designa servidores(as) e dá outras providências	DJE Nº238 DE 23/10/2024 p.04-06
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO CONJUNTA Nº 01, DE 24/10/2024 Presidência. Corregedoria Geral da Justiça	Define fluxo de arquivamento e extinção das execuções fiscais de baixo valor pela ausência de interesse de agir, no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco, em cumprimento à Resolução nº 547, de 22 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.	DJE Nº241 DE 25/10/2024 p.06-09

PROVIMENTO Nº 09, DE 21/10/2024 Corregedoria Geral da Justiça	altera o Código de Normas para os Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco (Provimento nº 11, de 28 de julho de 2023), a fim de estabelecer normas gerais com relação aos documentos necessários à identificação civil de solicitante de refúgio, de asilo, de reconhecimento de apátrida, de acolhimento humanitário e de habilitação para o casamento de pessoa reconhecida como refugiada pelo Comitê Nacional Para Os Refugiados – Conare, e o direito de exercer todos os atos da vida civil em todo território nacional pelos migrantes que integram o Registro Nacional De Migração – RNM, inclusive para sua habilitação para o casamento.	DJE Nº241 DE 25/10/2024 p.43-45
PROVIMENTO Nº 10, DE 21/10/2024 Corregedoria Geral da Justiça	Altera e acrescenta dispositivos ao Código de Normas para os Serviços do Extrajudicial do Estado de Pernambuco (Provimento nº 11, de 28 de julho de 2023), a fim de atualizar e uniformizar as regras e procedimentos do protesto comum, falimentar e de sentença condenatória, nos termos do Provimento CNJ nº 167, de 21 de maio de 2024	DJE Nº241 DE 25/10/2024 p.40-43
ATO Nº 1377, DE 25/10/2024 Presidência	Altera o Ato 421, de 29/02/2024, que trata sobre Designação os membros da Comissão de Acessibilidade e Inclusão (CACIN).	DJE Nº242 DE 29/10/2024 p.05-06
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, 25/10/2024 Presidência	Altera a Instrução Normativa nº 30, de 22/11/2023, que dispõe sobre as competências e atribuições internas da Diretoria Geral e suas Secretarias Executivas.	DJE Nº244 DE 30/10/2024 p.04-05
ATO Nº 1383, DE 29/10/2024 Presidência	Institui a 1ª Ação de Investigação de Paternidade do Cejusc de Jaboatão dos Guararapes, exercício 2024, define período, local da realização da ação, designa magistrados(as) e servidores(as) e dá outras providências.	DJE Nº245 DE 31/10/2024 p.40-42
ATO Nº 1384 /2024 Presidência	Institui a 3ª Pauta Concentrada de Sessões de Conciliação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc da Comarca de Petrolina, exercício 2024, com o apoio do Núcleo de Conciliação – Nupemec, através da Gerência de Tratamento de Demandas Repetitivas e Grandes Eventos - GDR, define período; local da realização das sessões de conciliação; designa servidores(as) e dá outras providências.	DJE Nº245 DE 31/10/2024 p.42-44
ATO Nº 1386, DE 30/10/2024 Presidência	Institui mutirão de antecipação de audiências nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da RMR e do interior do Estado e nos Juizados da Fazenda Pública, durante a 19ª Semana Nacional de Conciliação.	DJE Nº245 DE 31/10/2024 p.46-47
ATO CONJUNTO Nº 43, DE 30/10/2024 Presidência. Corregedoria Geral da Justiça. ESMAPE	Complementa a designação de juízes e juízas de direito para atuarem no PROGRAMA “MÊS NACIONAL DO JÚRI” no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, visando assegurar o trâmite regular dos processos que envolvam crimes dolosos contra a vida, convocar e realizar sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri nas unidades judiciárias de 1º Grau do Estado de Pernambuco.	DJE Nº245 DE 31/10/2024 p.44-45

Para ter acesso às normas, consulte o Sinos (Sistema Informatizado de Normas Internas do TJPE) neste endereço: <https://portal.tjpe.jus.br/web/portal/publicacoes/normas-internas>